

Parecer jurídico nº 005/2020

Processo Administrativo nº 007/2020

Dispensa de Licitação nº. 004/2020 - SAAE

Interessado: Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Objeto: Contratação de pessoa (s) jurídica(s) para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual EPI's em geral, destinados a atender aos setores administrativo e operacional do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Senhor Diretor Geral,

Consta deste processo que o Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto pretende comprar Equipamentos de Proteção Individual.

Consta nos autos do processo a pesquisa de preços na qual se auferiu o valor médio total de R\$: 22.244,17 (Vinte e dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e dezessete centavos). Onde também foi identificado o menor valor, sendo esse de R\$: 20.748,00 (Vinte mil setecentos quarenta e oito reais). Cotado pela Empresa: MARIA ONETE MACIEL DA SILVA, inscrita no CNPJ: 28.439.756/0001-50.

Outrossim, informa a Autarquia, que a referida empresa possui em seu Código de Atividade, características adequadas para a finalidade pretendida, bem como que existe rubrica orçamentária.

Com a solicitação de compra vieram: Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, e, Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - CNP/INSS, Certificado de Regularidade do FGTS, bem como cópia dos documentos pessoais da representante.

Após a devida tramitação, a Autarquia encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica para a emissão de parecer.

É o breve relatório, passo a opinar.

Desde logo, verifico que a compra pretendida pode ocorrer com dispensa de licitação, pois se destina a atender finalidade precípua da Autarquia, conforme o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93:

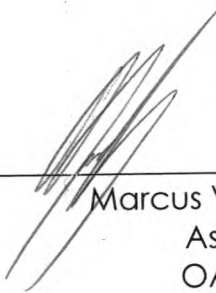
Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Desse modo, com fundamento na legislação acima citada, opinamos no sentido de que o SAAE efetue a compra, com Dispensa de Licitação.

É o parecer.

Açailândia (MA), 19 de março de 2020.



Marcus Vinicius Alves Santos
Assessor jurídico
OAB- 11.421/MA
Port.073/2019